



Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN) em 27 de julho de 2021. Realizada em plataforma virtual de videoconferência (Google Meets).

Pauta:

- 1 - Leitura e Aprovação da Ata da Última Reunião;
- 2 – Programa de aceleração PARNIT
- 3 – Apresentação Aline Moreira UFF - Projeto Saúde Única no PARNIT
- 4 - Apresentação Banco de Projetos SMARHS - BANDEIRA AZUL
- 5 – Apresentação do relatório trimestral da A3p
- 6 - Assuntos gerais

Ata:

Estiveram presentes nessa reunião *online* os conselheiros: Victor de Moraes Lopes (SMARHS); Beatriz Blauth CREA-RJ; Leandro Pontual (UFF); Henriette Guarnieri Tubbs (FMS); Gonzalo Cuevas (CCRON); Ricardo Portugal (CLIN); Liara William Gonçalves (SMC); Valdir Costa (OAB); Manoel Alves (CDL); Fátima Valeroso (Secretaria de Urbanismo); Katia Vallado CCRON, Deise Faria Nunes (UFF), Mario Grillo PGM, o convidado Ricardo Garcia representando o mandato do vereador Daniel Marques, a convidada Dra. Aline Moreira da Faculdade de veterinária da UFF . Também estiveram presentes os seguintes ouvintes: Aline Braga, Augusto Cesario França, Carla Alonso, Fabiana Barros, Igor Fletcher, Flavia Vieira da Costa, Lis Kassiadou Menezes, Luiz Rodrigues, Raphael Braga, Raphael Poubel.

O Secretário de Meio Ambiente e presidente do COMAN, Sr. Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo esteve representado nesta reunião pelo Sr. Victor de Moraes Lopes, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN). A ausência do Secretário de Meio Ambiente foi justificada pela sobreposição de reuniões no calendário de ações da Secretaria Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS).

No tópico leitura e aprovação da ata da última reunião, o Secretário Executivo, Victor de Moraes Lopes, após informar a pauta da presente reunião. Antes de ser realizado a leitura foi informado que durante a 6ª reunião ordinária houve uma falha técnica na gravação, no qual poderia se ter perdido uma parte da gravação. Na sequência, passou a palavra para que o estagiária da SMARHS Lais Vieira, realizasse a leitura da ata da 6ª Reunião Ordinária de 2021. Após a leitura da ata, foram feitas as devidas alterações e a mesma foi submetida ao plenário de conselheiros tendo sido aprovada por unanimidade.

Dando continuidade na reunião, o conselheiro representante da SMARHS, Victor de Moraes



Lopes, solicitou a troca de sequência da pauta, sendo acatado pelos conselheiros. Dando início a apresentação, a Dra. Aline Moreira UFF, do departamento de patologia e clínica veterinária, compartilhou em tela o Projeto Saúde Única no PARNIT para apreciação dos conselheiros e ouvintes. Um projeto que envolve professores e residentes da UFF. A junção de todos os professores de diversas especialidades e residentes é de fundamental importância pois agregam muito ao projeto com os saberes aplicados em prol da população. Esse projeto foi pensado exclusivamente para os animais que moram com seus responsáveis no PARNIT, embora em alguns momentos são efetuadas avaliações de animais livres no parque ou seja animais que não tem donos e acabam sendo cuidados por todos os moradores de forma comunitária. Essa atenção aos animais livres é essencial por conta do contato direto que os mesmos tem com outros animais domésticos, animais silvestres e humanos. Segundo a Organização Mundial para a saúde animal (OIE), a vigilância de doenças animais, principalmente zoonoses, que são as doenças transmitidas entre animais e humanos, é um meio eficiente para proteger os seres humanos. Aproximadamente 75% das doenças infecciosas emergentes são zoonoses, muitas transmitidas por carrapatos e mosquitos e associadas a animais domésticos e silvestres. A presença de animais domésticos em Unidades de Conservação (UC) aumenta a transmissão de doenças, aumenta a predação e competição por alimento e território, impacta o ambiente e a saúde coletiva, então o controle de zoonoses deve ser prioritário na conservação de espécies nativas. O PARNIT é uma unidade de conservação municipal, com proteção integral e área total de 918 hectares, pertencente ao bioma Mata Atlântica, sendo dividido em três setores, Guanabara, Montanha da Viração e Costeiro-Lagunar, onde o projeto supracitado acontece na Montanha da Viração. O projeto deu início após uma troca com o antigo diretor do PARNIT, onde em 2019 existiam 55 residências, moradores com animais de estimação que tinham livre acesso à mata, onde apesar de haver coleta de lixo no local, há um acúmulo de lixo e matéria orgânica, onde proliferam vetores biológicos. Vale a pena ressaltar que o levantamento quantitativo de famílias moradoras no PARNIT se deu através de estimativa pessoal do antigo Diretor, pois não existe um censo que tenha levantado tais dados. A Dra. Aline Moreira assegura que é somente através da identificação permanente e monitoramento de animais, esterilização cirúrgica, análise dos principais agentes zoonóticos que circulam naquele ambiente e educação ambiental quanto à guarda responsável e prevenção de zoonoses que se pode minimizar o impacto de animais domésticos à fauna silvestre e à saúde humana nas UCs (Unidades de Conservação). Diversas doenças como leishmaniose, dirofilariose, erliquiose, esporotricose, entre outras precisam ser diagnosticadas em cães e gatos que convivem com moradores do Parque Natural Municipal de Niterói. São os diagnósticos de doenças em cães e gatos que habitam o setor Montanha da Viração do PARNIT, e a educação em saúde valorizando a saúde humana, animal e do meio ambiente. Esses objetivos estão ligados diretamente aos objetivos do PARNIT. Dentre esses objetivos do projeto estão o levantamento do número de animais domésticos sob responsabilidade de



moradores do Setor Montanha da viração do PARNIT; avaliação clínica e hematológica dos animais; diagnósticos de agentes causadores de doenças infecciosas e parasitárias; correlacionar dados epidemiológicos, clínicos e achados de exames com o diagnóstico de cada agente causador de doenças infecciosas e parasitárias; realizar a identificação e esterilização de cães e gatos com o apoio do CCPAD, descrever alterações identificadas em necrópsias de animais que vierem a óbito no PARNIT; criação de um banco de DNA e soroteca obtidos a partir do sangue total de cães, gatos e animais silvestres do PARNIT, para pesquisas de outros agentes que sejam de interesse do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses (DEVIC) de Niterói; possibilitar a inserção de diversos alunos de graduação e pós graduação em medicina veterinária no estudo, formando futuros pesquisadores; ações educacionais para moradores, podendo estender para escolas municipais e outros centros comunitários, valorizando a saúde humana, animal e do meio ambiente; divulgar resultados do estudo regularmente para os moradores do PARNIT, para o DEVIC de Niterói, em eventos públicos do Município e em eventos científicos, por meio de palestras, apresentações de trabalhos científicos e de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Os principais objetivos do PARNIT são, manter e proteger a biodiversidade e os recursos genéticos do território; promover a sustentabilidade do entorno para o uso dos recursos naturais, estimulando o desenvolvimento integrado da região com o auxílio da educação ambiental; preservar e conservar o sistema hidrográfico local, bem como favorecer a recarga natural do lençol freático; contribuir com a amenização climática; minimizar os riscos de erosão na região onde está inserido, proteger todas as espécies vegetais e animais, bem como ecossistemas a que pertencem, as belezas cênicas das paisagens, monumentos naturais, sítios arqueológicos e outros ativos culturais; estimular e auxiliar as pesquisas científicas do patrimônio natural, material e imaterial e favorecer uso recreativo e cultural do parque, de forma adequada pela sociedade.

O Projeto Saúde Única no PARNIT foi aprovado pelo comitê de ética e autorizado pela Prefeitura de Niterói via a SMARHS, a ação no parque foi iniciada no dia 26 de junho de 2021, com equipe reduzida devido a Pandemia causada pela COVID-19, sendo 2 professores e 2 médicos veterinários residentes. Nessa mesma data os animais do PARNIT começaram a ser cadastrados e avaliados por médicos veterinários da equipe, onde serão feitos exames para diagnósticos dessas doenças e o acompanhamento clínico dos animais, após essa coleta as amostras são encaminhadas para os laboratórios da faculdade, onde são realizados os check-ups completos destes animais, com os testes das doenças já citadas anteriormente. A cada sábado são realizadas as ações, a cada retorno os exames feitos anteriormente são levados aos tutores para que possa ser informado o diagnóstico, tratamento e prevenção. Minimizando assim o impacto dessas doenças no PARNIT de uma forma geral. A Dra Aline Moreira informou sobre uma parceria com uma empresa privada que fornece insumos para prevenção. Interessante frisar que os animais atendidos e com diagnósticos positivos, seguem tratamentos



inteiramente custeados pelo projeto, como exames cardiológicos, radiológicos, entre outros. Nas 5 ações já realizadas pelo projeto, 36 animais foram atendidos, 9 foram diagnosticados com dirofilariose (verme do coração), 6 de 8 animais para ehrlichiose (doença do carrapato) e 1 de 36 animais para leishmaniose. Alguns exames não foram realizados, pois estão aguardando a liberação da verba para compra de reagentes e testes específicos. O projeto conta com uma verba aprovada no COMAN em 29 de setembro de 2020 de R\$ 17.4449,53 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e tres centavos) do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, essa verba esta relacionada apenas aos insumos de materias para avaliação clinica. Sendo que, em uma reunião presencial na SMARHS em 11 de fevereiro de 2021 foi informado que para executar a proposta o projeto deveria ser gerido pela fundação Euclides da Cunha (FEC), onde foi enviado para calculo do orçamento pela FEC incluindo taxas pertinentes à FEC e a UFF para a aprovação do reajuste. Onde não foi observada uma mudança drastica no valor antes previsto, porem existe um valor especifico cobrado pela FEC para que possa executar a verba. O projeto atualmente conta com uma equipe de médicos veterinários em ação, a infraestrutura do hospital universitário de medicina veterinária Professor Firmino Mársico Filho e insumos iniciais para a realização do projeto no PARNIT incluindo, materiais para avaliação clinica e coleta de sangue; reagentes para análises hematológicas e bioquimica; reagentes para diagnóstico de microorganismo que esta acabando. Para manter a ação viva, ação essa social que tráz grande contentamento a equipe, alem de atender animais e moradores que precisam desse projeto é necessário conseguir executar essa verba. A drs Aline Moreira enfatiza que em uma unidade de conservação, existe a maior chance de contato com vetores e da ocorrencia de doenças. Nesse cenário, é de inteira importancia a atuação de médicos veterinários em prol da Saude Unica. Finalizando a apresentação a professora Aline agradeceu ao espaço e participação.

O secretario executivo Vitor de Moraes Lopes, agradeceu a participação da Dr Aline Moreira e enfatizou a importancia da execução desse projeto, comprometendo-se a trazer a conversa a Aline biologa colaboradora da SMARHS, Marcelo da CCPAD coordenador da proteção animal afim de instrumentalizar o projeto de uma forma que possa garantir a continuidade, e a liberação da verba ja aprovada. Ao fim da apresentação, foi aberta fala aos conselheiros para que pudessem questionar sobre a apresentação afim de sanar duvidas. Não havendo manifestação foi dada sequencia na reunião.

Superado essas etapas, foi convocado para a apresentação do conselho referente o Programa de aceleração PARNIT. A colaboradora Fabiana Barros deu inicio a sua fala apresentando o programa. O Parque Natural Municipal de Niterói (Parnit) foi selecionado para participar do Programa de Aceleração para Unidades de Conservação Municipais. A iniciativa é desenvolvida pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, organização não governamental internacional que promove o desenvolvimento sustentável, fornecendo consultoria técnica para governos locais. A cidade foi



escolhida entre outras 30 brasileiras para participar do programa através da seleção por edital de chamamento público. O objetivo do programa para o qual o PARNIT foi selecionado é promover um olhar empreendedor e inovador na administração de áreas protegidas municipais, a partir de um intenso aprendizado sobre instrumentos de gestão e sustentabilidade financeira. Fortalecer capacidades e a governança em nível local, promover o reconhecimento do papel dos governos locais pelos marcos legal ou institucional, divulgar os benefícios das áreas protegidas e de outras medidas de conservação locais e os desafios de sua gestão. O foco da nossa cidade em participar do programa é potencializar a gestão e o planejamento do parque e buscar parcerias público-privadas, trazendo mais investimentos para o parque. Esse projeto foi idealizado através de um projeto piloto realizado em São Paulo entre o ICLEI e SENCILAB uma empresa de consultoria sediada também em São Paulo, que tem dado todo suporte à capacitação e realização do programa, onde foram obtidos grandes resultados positivos. O público alvo desse projeto são as equipes multidisciplinares compostas por membros das prefeituras municipais e outros parceiros da gestão da Unidade de Conservação. Tendo como dinâmica atividades de reflexão, suporte, capacitação e aplicação de práticas dos principais conteúdos referentes à gestão das unidades de conservação, tomando como base os 6 eixos de desenvolvimento e suas respectivas disciplinas que compõem a metodologia. São realizadas reuniões semanais desde o início do programa em maio, foram escolhidos dois técnicos para representar a UC, sendo a própria Fabiana e o Alex gestor de uso público do PARNIT. Vale a pena ressaltar que apenas 6 UCs em todo o Brasil foram selecionadas para a participação no Programa de Aceleração, são elas: PNM Professor João Vasconcelos Sobrinho – Caruaru (PE); PNM Templo do Pilares - Alcinópolis (MS); PNM dos Morros – Santa Maria (RS); PNM de Niterói – Niterói (RJ), PNM Augusto Ruschi – São José dos Campos (SP); PNM do Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro (MG). Foi uma coincidência todos os selecionados serem Parques Naturais Municipais e isso acabou de certa forma sendo muito positivo por conta da troca de experiência entre as UCs. O programa é dividido em alguns eixos, inicialmente se deu o planejamento estratégico, gestão, gerenciamento, comunicação, voluntariado. O programa de voluntariado no PARNIT é muito forte e a nossa unidade serviu como referências para as outras UCs. O programa de aceleração fez convite a ONGS para atuar como mentores dos Parques, no caso de Niterói o mentor é a Fundação Boticário, com reuniões individuais entre os representantes. Uma troca muito valiosa e agregadora. A proposta de duração do programa são de 9 meses, previsto sua finalização no final do ano. São trabalhados produtos para cada eixo, como um desenvolvimento de um plano estratégico; foi apresentado a teoria da mudança um instrumento, que consiste em, antes de tudo, definir o impacto que o empreendimento quer causar como um objetivo bem definido, para depois desenvolver passos necessários para alcançar a meta. A colaboradora Fabiana se disponibilizou a compartilhar com todos os interessados as apresentações dos especialistas, bem como os materiais complementares do programa. A participação nesse programa tem



sido de grande valia, ainda mais no momento de finalização do plano de Manejo no PARNIT, o andamento da finalização do plano com as camaras técnicas Areas Verdes e sempre que possível apresentado na reunião do COMAN. O plano de Manejo tem passado por algumas alterações e esta sendo adequado com todas as informações, dando mais ênfase na parte de planejamento, seguindo uma orientação do roteiro estabelecido pelo INEA em 2019 e o roteiro metodológico para planos Manejo publicado no INCBIO 2018. O motivo dessas alterações tem como base estabelecer a mesma consonância com as outras unidades do estado e federais. Há previsão de em setembro ser apresentado na reunião do COMAN o plano do PARNIT final. Aproximando da finalização de sua apresentação, a colaboradora Fabiana Barros pediu licença para poder compartilhar as últimas atualizações sobre o Parque Natural Municipal da Floresta do Baldeador, já houve o encaminhamento da mensagem executiva pra Câmara dos vereadores, sendo aprovado em primeira audiência e em breve seremos contemplados com um novo Parque, nossa oitava unidade de conservação. Fabiana Barros também compartilhou o informe do Parque Natural Municipal da Água Escondida, nosso parque mais recente criado em 2020, que recebeu uma proposta de participar de uma seleção de adoção de parques que esta sendo promovida pela Caixa Econômica Federal. Em junho foi realizada uma visita técnica junto a Caixa Econômica e os técnicos do setor de áreas verdes do parque da Água Escondida, onde foi respondido um diagnóstico bem complexo a respeito do parque. A ideia principal é se candidatar nessa seleção, afim de receber recursos para o parque para que possamos avançar ainda mais com essa UC. Ao fim da apresentação, foi aberta fala aos conselheiros para que pudessem questionar sobre a apresentação afim de sanar dúvidas. Não havendo manifestação foi dada sequência na reunião. Dando sequência nas pautas da reunião, demos continuidade com as apresentações do Banco de Projetos da SMARHS, trazendo a reunião o projeto BANDEIRA AZUL.

O colaborador Augusto Cesário França, engenheiro civil e ambiental de formação, servidor da secretaria de Meio Ambiente como analista de licenciamento, participante ativo do projeto Bandeira Azul na Praia do Sossego. Ao iniciar sua participação, compartilhou em reunião slides do projeto Bandeira Azul afim de trazer maiores informações e atualizações referente ao mesmo. O programa Bandeira Azul é uma iniciativa instituída há 34 anos, na Europa, por meio da Fundação para Educação ambiental, já atingindo sucesso no primeiro ano de programa. Chegou no Brasil por volta de 2010, pelo IAR – Instituto Ambientes em Rede. A primeira praia a receber essa certificação foi a praia de Jurerê em Santa Catarina, também primeira praia a ter a Bandeira Azul na América do Sul. Bandeira azul é uma certificação de qualidade de praias que a cada dia cresce. Receber a Bandeira Azul é conquistar a maior premiação global dedicada a gestão de praias, marinas e embarcações de turismo. Todo ano as praias receberão visitas dos juristas técnicos para conferir os cumprimentos dos critérios estabelecidos para ser certificado, que envolvem gestão ambiental, qualidade da água, educação ambiental, segurança,



sustentabilidade e responsabilidade social. Os principais benefícios com a certificação da Bandeira azul para o município são conscientização e preservação ambiental; participação social; turismo; economia; valorização imobiliária; destino sustentável. Os benefícios para a praia são infraestrutura; segurança; educação ambiental; qualidade de balneabilidade; acessibilidade. O procedimento de adesão do Bandeira azul se deu em duas fases. A fase piloto que durou cerca de 2 anos, desde a inscrição, visita técnica do operador nacional e o cumprimento de todos os critérios estabelecidos. A praia do Sossego estava sofrendo muito com a degradação devido a trilha de acesso, onde se formou uma grande erosão com o tempo de uso, tornando quase inacessível. A segunda etapa para solicitação e obtenção do certificado se dá através do pagamento da taxa, do preenchimento e envio das documentações, avaliação do júri nacional e avaliação do júri internacional, para que depois de aprovado a entrega da Bandeira. Mediante a pandemia o cronograma previsto acabou sendo alterado. Atualmente nos encontramos na etapa do Júri Nacional. O Júri Nacional Bandeira Azul é composto por representantes dos ministérios da Educação e do Meio Ambiente, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia, do Ministério do Turismo, do Instituto Ambientes em Rede, da Associação Náutica Brasileira (ACATMAR), a Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica, da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA) e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA). Anualmente, as entidades se reúnem para definir as praias, marinas e embarcações de turismo qualificadas ao prêmio e que serão submetidas ao Júri Internacional. A data da visita ainda não foi definida. Os critérios mais importantes a serem cumpridos são a qualidade da água; gestão ambiental; educação ambiental e segurança. Na educação e informação ambiental teremos placas educativas e informativas; atividades de educação ambiental aos usuários da praia; informações sobre a qualidade da água; mapa contendo localização dos serviços e equipamentos. Na qualidade da água a praia deve cumprir completamente os requisitos de amostragem e frequência da qualidade da água; a praia deve cumprir integralmente os padrões e requisitos para análise da água; descargas de água residuais, industriais ou urbana não devem afetar a água. Na gestão ambiental um comitê de gestão deve ser estabelecido; áreas sensíveis devem ser gerenciadas, a praia deve estar limpa; existência de recipientes para lixo na praia; existência de instalações sanitárias; os sanitários devem ter destino final adequado aos dejetos e das suas residuais; meios de transporte sustentáveis devem ser estimulados. Na segurança e serviços devem ser implementadas medidas apropriadas de segurança pública, como salva vidas, guarda ambiental, câmeras...; existência de planos de emergência para se combater riscos por acidente de poluição; existência de um plano de gerenciamento para diferentes usuários e usos da praia para evitar conflitos e acidentes; existência de uma fonte de água potável disponível na praia. Niterói tomou importantes iniciativas para receber a certificação, como obras de adequação. Entre as intervenções realizadas na Praia do Sossego, estão a



construção de uma escada de pedra (bioconstrução, utilizando pedras de mão) de acesso à praia com guarda corpo e áreas de descanso, mirantes de contemplação acessível a cadeirantes e sistema de infraestrutura verde com jardins de chuva como forma de manejo de águas pluviais. A planta geral do projeto conta com espaço para a guarda ambiental; mirantes, 1 acessível para cadeirantes, áreas de descanso, escada em pedra de mão, 1 totem para tirar uma foto da mesma posição e marcar o programa, essa foto tem o intuito de gerar dados para estudo, como qualidade do ar, restinga e outras informações. Está em andamento a construção do pórtico de entrada em madeira, colocação de lixeiras, sinalização para educação ambiental e paraciclos, container com posto destacado para a Guarda Ambiental, banheiro acessível, lava-pé e chuveirão. Ao fim da apresentação, foi aberta fala aos conselheiros para que pudessem questionar sobre a apresentação afim de sanar dúvidas. O primeiro a se manifestar foi o conselheiro Ricardo Portugal, que parabenizou a iniciativa e a apresentação. Trouxe a lume a questão da limpeza da praia. A iniciativa de que os próprios usuários retirem seu lixo sem degradar o equipamento público, porém o lixo de maré pode ser um agravante. Sugeriu um estudo em parceria com a CLIN para que possam estabelecer horários distintos conforme maré. A educação ambiental é de fundamental importância, pois não sujar é a melhor prevenção e alternativa. O conselheiro Gonzalo Cuevas se manifestou a ponto de trazer três colocações importantes ao seu ponto de vista, a primeira é o fato de não se incluir o SAMBAQUI, por tamanha importância histórica, o outro ponto seria um estacionamento alternativo por ser precário a quantidade de vagas e também a passagem da trilha de piratinga para a praia do sossego que considera extremamente perigosa. A conselheira Henriette questionou de onde vem o investimento da estrutura do projeto e brevemente foi atendida pelo colaborador Augusto que informou que a verba vem de um TAC – Termo de compromisso ambiental. Sendo complementado pelo secretário executivo Vitor de Moraes que informou que o custo para cidade de Niterói é zero. Toda a implementação do programa está sendo custeada por esse TAC e a empresa responsável, firmado no Ministério Público para o cumprimento do termo de ajuste de conduta. A Taxa anual do bandeira azul também está incluída. O conselheiro Luiz Rodrigues pontuou a importância de acrescentar uma câmera que possa possibilitar o monitoramento 24 horas e também perguntou se existem outras praias que devem receber a bandeira azul? Itacoatiara já deu início ao processo, porém teve resistência enquanto aos moradores há alguns anos atrás. Porém há possibilidade de outras praias participarem do processo. Não havendo mais manifestações essa pauta se deu por encerrada.

O secretário executivo Vitor de Moraes Lopes solicitou aos conselheiros que a última pauta da reunião fosse transferida para a próxima reunião do COMAN. Sendo atendido pelos conselheiros.



Para constar em ata, durante a 7ª Reunião Ordinária do COMAN, houveram três interrupções devido ao limite máximo de tempo agora existente na plataforma GOOGLE MEET, que é de uma hora apenas, no qual 3 (três) links extras foram criados em tempo, para que todos os conselheiros e participantes pudessem retornar a reunião para que a mesma tivesse sua programação e sequência realizadas como planejado. O secretário executivo Vitor de Moraes Lopes, se prontificou a tomar as medidas ações para que a próxima reunião do COMAN seja realizada sem esse tipo de interferência.

Sem mais, a reunião foi encerrada, ficando a próxima marcada para a última terça-feira (dia 31 Trinta e um) do mês de Agosto do ano de 2021.

Esta ata, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, segue subscrita por mim em caráter de resolução.

Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo

Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e
Sustentabilidade.